



15985324



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 26/08/2021	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Antônio Ramirez Lorenzo	GM
Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
Márcio Nunes de Oliveira	SE
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
David de Lima Freitas	SPO
Rogério Xavier Rocha	SAA
Rodrigo Lange	DTIC
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
Júlia Gomes	AEAL
Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
Charles Gonçalves	SEGEN
José Vicente Santini	SENAJUS
Frederico F. Moesch	SENACON
Luiz Roberto Beggiora	SENAD
Juruebi de Oliveira Junior	SENASP

Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo	SEOPI
Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
Cairo Costa Duarte	PF
Neide Alves Dias de Sordi	AN
Daniel Felipe de Souto	PRF
Rodrigo de Sousa Alves	FUNAI
Giselli dos Santos	CONJUR
Karla Nogueira Brandão	SENAJUS
Marcia Aiko Tsunoda	DEPEN
Mariana Zilio	SENACON
Vinícius Eloy	CADE
Bruna Ignacio Moreira	CGGE
Leonardo de Melo Costa	CGGE
Aline Rosa Roriz	CGGE

PAUTA:

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e pauta da reunião;
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 – panorama de projetos e de indicadores: PF, SENAD e SEOPI ;
4. Reunião de Avaliação da Estratégia de Outubro – Revisão quadrimestral;
5. Informe SPO/SE;
6. Informe DTIC/SE;
7. Informe AECl; e
8. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. A reunião do Comitê de Governança Estratégica - CGE teve seu início a partir das considerações iniciais realizadas pelo Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, o qual expôs a dinâmica das reuniões do Comitê, que ocorrem mensalmente com o acompanhamento de um projeto e um indicador estratégico de três unidades previamente selecionadas e informadas em reunião anterior, bem como demais assuntos relevantes de interesse em comum às unidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP. Apresentou ainda a pauta a ser tratada na ocasião.
2. Dando abertura ao monitoramento do planejamento estratégico, o Diretor-Geral substituto da Polícia Federal – PF, Sr. Cairo Costa Duarte, cumprimentando a todos os presentes, passou a palavra para o Diretor Técnico-Científico da PF, Sr. Nivaldo Pôncio, para apresentação do Projeto

Laboratório Nacional de Isótopos Forenses – LANIF. O projeto tem como objetivo, ao implementar o laboratório em cooperação entre a PF e instituições de pesquisa parceiras, desenvolver e sistematizar o conhecimento técnico-científico a partir da elaboração de protocolos de coleta e padronização de análises de amostras criminais para a aplicação da metodologia isotópica em casos forenses. O produto a ser entregue será o estabelecimento de um laboratório colaborativo interinstitucional e multiusuário dentro da estrutura organizacional do Instituto Nacional de Criminalística. O desenvolvimento da técnica de isótopos forenses no contexto pericial terá o foco primário de trazer agilidade e eficiência na resolução de exames periciais complexos, além de fornecer dados científicos estratégicos a investigações. Ainda, contribuirá para o desenvolvimento de capacitação de recursos humanos e a difusão de conhecimento entre órgãos policiais no Brasil, promovendo a consolidação de importantes parcerias entre a PF e outras instituições de segurança pública, fiscalização e pesquisa. Mencionou que, a partir da execução do projeto, será possível realizar delimitações geográficas da origem de vestígios criminais – droga, ouro, madeira, fauna e outras substâncias de interesse da segurança pública nacional – com um alto grau de veracidade. Contextualizou que isótopos forenses são uma novidade em termos mundiais, sendo o Brasil o 5º país a utilizar a solução. A PF trabalhará em conjunto tanto com órgãos estrangeiros, como com institutos laboratoriais domésticos para realizar a coleta de amostras locais e impedir ao máximo ações de organizações criminosas. O Sr. Pôncio trouxe dados das análises isotópicas feitas pela Perícia Criminal Federal em 2020, mostrando um total de 2.744 amostras realizadas desde água até petróleo. Acerca do derramamento de petróleo na região Nordeste, foram realizadas análises de todo o histórico de petróleo registrado, com busca na Petrobrás de estoques estratégicos para fins de comparação, sendo possível determinar a origem do petróleo encontrado nas águas da referida região. Atualmente, o projeto se encontra com 24,77% de execução, em situação satisfatória, apesar de algumas etapas atrasadas, como é o caso das implementações metodológicas, afetadas pela atual pandemia da Covid-19. As principais entregas feitas pelo projeto até o momento consistem na estruturação do laboratório em Manaus e a implantação de laboratório em Brasília, respectivamente voltados para madeiras e substâncias ilícitas. Informou sobre a realização de adequações físicas nas instalações do laboratório do Instituto Nacional de Criminalística da Diretoria Técnico-Científica da PF, além da conclusão do processo de aquisição de equipamentos que já se encontram devidamente instalados e a fase complementar de aquisição dos equipamentos auxiliares em fase de conclusão. Embora atrasadas, algumas entregas sobre a implementação metodológica foram finalizadas, como as relativas a amostras de maconha e tecidos vegetais, cocaína, fauna e madeira, bem como à parte de madeira da floresta amazônica. Prevê-se até o final de 2021 a conclusão de demais amostras de madeira da mata atlântica e de outros biomas brasileiros, assim como a faixa de cocaína apreendida. Com relação ao indicador estratégico “Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal”, o Coordenador de Gestão Estratégica da PF, Sr. Wellington Clay Porcino Silva, informou ser um indicador tanto presente no Planejamento Estratégico do MJSP como no Plano Plurianual - PPA, tendo como meta para os quatro anos (2020-2023) um total de 27.285 operações. Até o momento, foram realizadas 10.577 operações, esclarecendo se tratar de um indicador sazonal, com aumento na quantidade de operações deflagradas com a proximidade do final do ano. Devem ser realizadas cerca de 3.000 operações até dezembro de 2021, com grande probabilidade de atingimento da meta estabelecida.

3. Na sequência, o Secretário Nacional de Política sobre Drogas, Sr. Luiz Roberto Beggiora, apresentou a situação do projeto Centro de Excelência sobre Redução da Oferta de Drogas – CdE, com o objetivo instituir, em caráter piloto, um Centro de Excelência para Redução da Oferta de Drogas para instrumentalizar a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – Senad na elaboração de estudos e análises sobre tendências e ameaças representadas por diferentes categorias de tráficos de ilícitos e crime organizado transnacional, e fortalecer a cooperação regional para a redução da oferta de drogas no Brasil. Sua importância se deve pela necessidade de “institucionalizar” a produção de conhecimento e aumentar a cooperação internacional, seguindo modelos de Centro de Excelência do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, sigla em inglês. A Senad, em parceria com o UNODC e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, realizou uma estratégia de implementação dividida em quatro etapas.

De acordo com o Sr. Luiz Beggiora, foram realizadas na primeira etapa: i) elaboração do Modelo Institucional de Gestão e Governança; ii) 1º Boletim; iii) mapeamento de estudos estratégicos; iv) seminário de lançamento do CdE, em 26 de janeiro de 2021, com a participação de 63 gestores públicos, profissionais de segurança pública, pesquisadores e especialistas do Brasil e do exterior (Áustria, Itália, Coreia, Colômbia, Peru, Equador e México). As linhas de atuação do CdE consistem na sistematização e disseminação de conhecimento, repositório, centro de pesquisas, assessoria técnica, fortalecimento de capacidades e think thank. No que tange às entregas futuras, no âmbito da segunda etapa do projeto, a Senad prevê: i) realização do 1º Estudo Estratégico, já em andamento, com o propósito de entender as influências da Covid-19 no mercado e no tráfico de drogas no Brasil, com foco nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo; ii) elaboração do 2º Boletim Temático, sobre a precificação de drogas ilícitas e o 3º Boletim Temático, sobre o Subsistema Brasileiro de Alerta Rápido sobre Drogas – SAR; iii) construção do Relatório de Benchmarking para compilar boas práticas e experiências internacionais nas principais temáticas identificadas na área de redução da oferta de drogas ilícitas; iv) Plano de Comunicação e Cursos para Jornalistas para identificar os conceitos básicos sobre tráfico de drogas e crime organizado transnacional e melhor entendimento da dinâmica criminal dos mercados ilícitos; e v) Seminário Internacional para apresentar os principais resultados do 1º Estudo Estratégico do CdE referente aos efeitos da pandemia em curso no tráfico de drogas no Brasil. Antes de finalizar sua apresentação, o Sr. Beggiora trouxe informações sobre o indicador “Receita de gestão de ativos, com a meta de R\$ 1.150.000.000,00 arrecadados até 2023. Até o momento, só no ano de 2021, foi obtida quantia superior a R\$ 192 milhões, totalizando R\$ 326.352.859,33.

4. Em seguida, o Secretário de Operações Integradas, Sr. Alfredo Carrijo, exibiu o projeto Expansão de Centros Integrados de Comando e Controle, com o objetivo de implementar, em todos os Estados, Centros Integrados de Comando e Controle, por meio do aporte tecnológico de bens e serviços, a fim de fortalecer a integração institucional dos órgãos de segurança pública e defesa social, em todos os níveis de governo, bem como planejar e estabelecer ferramentas de interoperabilidade a fim de subsidiar com maior efetividade a consciência situacional dos gestores na tomada de decisões. O projeto prevê a instalação de 14 Centros Integrados de Comando e Controle até 2023, assegurando trazer como principais benefícios para a sociedade: a possibilidade de que os órgãos de segurança pública atuem de forma mais integrada; a contribuição para o fortalecimento da segurança pública nos Estados, por meio do sistema integrado de comunicação, coordenação, comando e controle (SIC 4); e tornar mais ágil a tomada de decisões e distribuição de informações entre os órgãos de segurança pública. A respeito das entregas efetuadas em 2021, a Secretaria de Operações Integradas - Seopi entregou um Centro Integrado de Comando e Controle no estado de Mato Grosso do Sul, em 19 de agosto, e irá inaugurar uma unidade no estado da Rondônia, com previsão para o mês setembro. O Secretário ressaltou ainda que há 5 entregas previstas para o próximo ano, nos estados do Acre, Tocantins, Sergipe, Roraima e Piauí. O projeto encontra-se com 23% concluído. Com relação ao indicador estratégico “Quantidade de ações policiais apoiadas”, anteriormente tinha a meta estabelecida de 110 ações apoiadas. No entanto, apenas em 2020 atingiu 109 ações apoiadas, sendo necessária a revisão da meta, passando para 920 ações até 2023. Até a ocasião, o indicador apresentou resultado de 212 ações policiais apoiadas.
5. Dando continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, abordou sobre a Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE a ser realizada em outubro de 2021, sendo iniciado o processo de revisão do planejamento estratégico com maior antecedência, permitindo maior prazo para análise e propostas das unidades. Informou que será enviado processo SEI com orientações e critérios da referida revisão. Dando continuidade aos informes da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, especificamente sobre o índice de execução orçamentária, informou que cerca de 80% do orçamento do Ministério já foi executado. Destacou as execuções da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos – CGL, com 96,67%, da PF com 83,87% e da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTIC com 82,40%. Com relação aos Fundos, apontou a evolução de execução do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, atualmente com 87,23%. Mencionou também sobre a previsão de publicação do Plano Nacional de Segurança Pública para que seja possível o repasse para os fundos estaduais e distrital de segurança pública. Com relação à expansão do PLOA 2022, o Subsecretário exibiu os números resultantes de uma

articulação dos senhores Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e Secretário-Executivo, com a finalidade de fortalecer o cenário orçamentário do MJSP para o próximo ano. Informou ainda sobre a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022, solicitando a sensibilização dos titulares presentes para que suas equipes estudem o referido normativo, uma vez que traz obrigações para os gestores que vem sendo cobradas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Controladoria-Geral da União – CGU. As orientações serão enviadas por meio de ofício para as unidades, via processo SEI. Por fim, o Sr. David Freitas abordou sobre a revisão do portfólio da Carteira de Políticas Públicas do MJSP, que se encontra em fase de finalização, com envio de processo às unidades para validação dos atributos revisados na carteira, conforme solicitações de ajustes. Após a aprovação, será elaborada a proposta de cronograma visando à apresentação da carteira pelas unidades no âmbito do CGE.

6. De forma complementar ao item sobre a revisão do planejamento estratégico, o Secretário-Executivo enfatizou que será realizada de forma mais acurada, observando as propostas de projetos que por vezes têm características de programas, bem como solicitou que para os indicadores sejam propostas metas factíveis, evitando que sejam subestimadas ou superestimadas. De igual modo, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, complementou sobre a execução orçamentária do órgão para as unidades verifiquem se os recursos serão executados até o final do ano, possibilitando que sejam realizadas eventuais realocações, o que deverá ocorrer ainda no mês de setembro.
7. Na sequência, o Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sr. Rodrigo Lange, informou sobre a migração das contas de e-mail para nuvem de 5.330 usuários, totalizando 10.831 caixas de e-mail (ativas, inativas e em caixas compartilhadas). Até o momento, 44% das caixas de e-mail foram migradas, com estimativa de finalização até o dia 7 de setembro de 2021. A migração gera vantagens como o aumento da capacidade de armazenamento, escalabilidade e maior segurança. Também apontou que está sendo implementada a Habilitação do Segundo Fator de Autenticação – MFA para os 5.330 usuários, dos quais já foram habilitados 1.603 usuários (30%). Dessa maneira, ao realizar o primeiro acesso na plataforma, o usuário deverá habilitar em seu dispositivo móvel a funcionalidade. Além do SEI, o MFA será exigido para o acesso dos serviços fora da rede do Ministério: acesso ao e-mail (Webmail e Outlook), Portal Office 365, Voce.MJ e VPN. Apresentou, ainda, dados sobre o levantamento de aplicações a serem descontinuadas em todo o MJSP, feito em parceria com a Ouvidoria-Geral. Dentre as 250 aplicações identificadas, 33 delas podem ser desativadas, reduzindo consideravelmente a superfície de ataque, além de 32 aplicações que não foram identificadas pelas unidades. Nesse sentido, será enviado processo para que as unidades analisem e se manifestem com relação a 32 aplicações, que, em não havendo identificação, também serão desativadas. Finalizando os informes da DTIC, o Sr. Rodrigo Lange mencionou acerca da elaboração de uma minuta para a criação de política de uso de internet e recursos da rede. Atualmente, o maior uso de internet é o WhatsApp (versões web e aplicativo de dispositivo móvel), impactando sistemas críticos pelo seu uso excessivo. Portanto, a política de uso de internet busca limitar a largura e a banda para aplicativos não críticos, regulamentar o uso aceitável e definir casos e limites de monitoramento de forma clara. A proposta será encaminhada para deliberação no Comitê de Governança de TIC – CTIC no mês de setembro.
8. Dando continuidade à pauta, o Secretário-Executivo passou a palavra para o Assessor de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, para tratar sobre o gerenciamento de riscos. De um total de 69 processos, apenas 2 não foram iniciados, 25 estão em fase de elaboração de seus planos de gerenciamento de riscos e 42 já foram aprovados no âmbito de suas unidades. Destacou que o prazo final para as unidades proporem alterações e aprovarem seus planos se encerra em 27 de agosto de 2021, para posteriormente serem submetidos ao CGE. O Comitê de Gestão de Risco e Controles Internos tem se reunido para analisar os planos, sendo realizadas tratativas junto às unidades para propor eventuais ajustes. Até o momento, dos 10 planos aptos, 7 já foram analisados, sendo 1 (Gerir ativos - Senad) a ser submetido em breve para aprovação do CGE. Apontou os 19 processos que já foram encaminhados pela Secretaria-Executiva – SE (7), Senad (3) e Secretaria Nacional de Justiça – Senajus (9). O Assessor trouxe ainda a informação que, dentre os processos de trabalho estratégicos analisados, foram identificados 99 eventos de risco, dos quais: 25 com nível baixo; 48

com nível médio; 19 com nível alto; e 7 com nível extremo. Por fim, trouxe um panorama das comunicações expedidas pelo TCU aos órgãos do MJSP, em um total de 484 até o momento, em sua maioria respondidas no prazo. Explanou sobre os seguintes Acórdãos: i) Acórdão TCU nº 7.513/2021 - Consistência dos Resultados: relacionado a indicadores e metas que, embora sejam obtidos resultados, não demonstram desafios a serem alcançados. Assim, reuniões serão realizadas com as equipes envolvidas para discutir e qualificar as propostas de revisão dos indicadores; e ii) Acórdão nº 851/2013 - Regionalização do Gastos do PLOA 2022 no SIOP, em caráter obrigatório. Em seguida, o Sr. Cláudio Py explanou sobre o programa de integridade, cujas principais ações consistem em: i) acompanhar a implementação das medidas de tratamento, sendo atualizadas a cada 6 meses; ii) reforço das linhas de defesa do Ministério contra atos que atentem contra a integridade do Órgão - encaminhamentos periódicos dos agentes internos de integridade de cada área aos servidores de orientações, guias, legislações sobre o tema, dentre outros; iii) divulgação de temas sobre integridade em conjunto com a CGU, incluindo o preenchimento de questionários encaminhados diretamente pelos órgãos de controle. Destacou a importância das unidades descentralizadas se atentarem para que não haja desalinhamento das informações prestadas, sendo necessária a consolidação pelas respectivas diretorias-gerais; e iv) apresentação do slogan do MJSP "A ação é de cada um. O benefício é de todos!".

9. Encaminhando para o fim da reunião, o Sr. Márcio de Oliveira comunicou que o Processo SEI de monitoramento para coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos terá prazo até o dia 13 de setembro. Além disso, informou que, tendo em vista o novo processo de acompanhamento da Presidência da República, com a realização de reuniões mensais sobre as principais entregas, as unidades atualizaram as informações de setembro e outubro no dia 13 de agosto de 2021. Na oportunidade, o Secretário-Executivo solicitou ainda engajamento e participação ativa das unidades no Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação – CGDI, em decorrência das oportunidades e várias aplicações identificadas. Informou ainda sobre a Campanha do Dia das Crianças, sendo enviado Ofício-Circular nº 169/2021/SE/MJ (doc. 15551645), visando à arrecadação de brinquedos novos e simples a serem destinados às crianças em situação de vulnerabilidade atendidas por instituições parceiras do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, da Casa Civil da Presidência da República. Com relação ao monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 para a próxima reunião do CGE, serão apresentados: i) PF: Brasil M.A.I.S; ii) Fundação Nacional do Índio - Funai: Projeto Rede de proteção territorial e ambiental de terras indígenas com a utilização do Centro de Monitoramento Remoto - CMR/FUNAI e indicador Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção territorial; iii) Seopi: Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO e indicador Percentual de Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISPs integradas à Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública. Além disso, considerando a relevância do tema, a Seopi apresentará o andamento da Operação Guardiões do Bioma.
10. Antes de finalizar a reunião, o Secretário-Executivo agradeceu a Assessoria Especial de Assuntos Legislativos – AEAL e a Consultoria Jurídica – Conjur pelo trabalho realizado. Tais unidades vêm sendo bastante demandadas, e ainda assim têm apresentado manifestações em um curto prazo. Além disso, mencionou sobre a realização de reuniões com determinadas unidades ao final da reunião do CGE no mês de julho, acerca de eventuais gargalos enfrentados para a realização dos projetos, para solicitar que fossem comunicados à Secretaria-Executiva - SE e ao Gabinete do Ministro - GM. Informou ainda que, até o momento, não foram apresentadas dificuldades e solicitado apoio por tais unidades. Reafirmou, portanto, a disponibilidade da SE e do GM para auxiliar em caso de dificuldades.
11. Por fim, o Sr. Washington Bonini fez a última consideração, reforçando a necessidade de participação ativa no CGDI. Informou que o referido comitê foi instituído pelo Anexo XII, art. 13, da Portaria nº 86/2020, e que, em havendo interesse da unidade em compartilhar e obter dados, é necessária a formalização junto ao Comitê. Nos casos em que o interesse na obtenção de dados envolver mais de uma unidade do MJSP, a assinatura de acordo de cooperação deve ser realizada

pele Secretário-Executivo. Devido a tais especificidades, é extremamente importante a participação no CGDI.

- Finalizando a reunião, o Sr. Márcio de Oliveira agradeceu a presença de todos, aguardando todas as unidades para a próxima reunião mensal.



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Ignacio Moreira, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - Substituto(a)**, em 01/10/2021, às 14:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 01/10/2021, às 14:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 01/10/2021, às 14:40, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES DE AZEVEDO GONÇALVES, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 01/10/2021, às 14:50, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Eloy dos Reis, Usuário Externo**, em 01/10/2021, às 15:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 01/10/2021, às 16:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 01/10/2021, às 17:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 01/10/2021, às 17:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 03/10/2021, às 16:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Zilio da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 04/10/2021, às 11:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Fernandes Moesch, Secretário(a) Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 04/10/2021, às 11:04, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Aiko Tsunoda, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do DEPEN**, em 05/10/2021, às 15:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 15/10/2021, às 14:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 18/10/2021, às 17:20, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALFREDO DE SOUZA LIMA COELHO CARRIJO, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 18/10/2021, às 17:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 04/11/2021, às 11:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 08/11/2021, às 20:50, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO CARDOSO COELHO DA SILVA, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 09/11/2021, às 15:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JURUÉBI DE OLIVEIRA JÚNIOR, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 09/11/2021, às 19:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Vicente Santini, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 11/11/2021, às 15:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **15985324** e o código CRC **22704154**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.